

# A Economia Popular Solidária na perspectiva de um Desenvolvimento Solidário e Sustentável

Texto extraído da Cartilha “A Economia Popular Solidária na perspectiva de um Desenvolvimento Solidário e Sustentável”.

Vivemos numa sociedade marcada por um sistema capitalista, que estabelece um determinado modo de vida, de consumo e de desenvolvimento. Nesse sistema, tudo vira mercadoria, e a questão da cidadania está vinculada à capacidade de consumo. Dessa forma, é cidadão quem tem condições de consumir bens e serviços. Prevalece a lógica do crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social. É assim que se justificam os cortes de investimentos na área social e, em contrapartida, o fiel pagamento aos juros da dívida interna e externa. O Brasil é a 10ª economia do mundo e, ao mesmo tempo, ocupa o segundo, lugar em desigualdade social. Somos todos e todas reféns dessa realidade e, ao mesmo tempo, somos chamados a construir novas alternativas, entre elas a Economia Popular Solidária.

Atualmente, o tema da Economia Popular Solidária tem sido ponto de pauta em diferentes espaços das entidades, movimentos e organizações da sociedade civil, bem como dos órgãos governamentais. Há diferentes formas de conceber essa expressão que, por detrás de um nome, traz uma visão de mundo, de organização social e de desenvolvimento. A partir da caminhada construída, por algumas organizações, há duas décadas no Estado do Rio Grande do Sul, o termo Economia Popular Solidária apresenta algumas características: 1) coloca em debate o tema da economia, até então discutido somente pelos profissionais da área, trazendo-o para o centro do debate junto às comunidades e organizações sociais, buscando a construção de um novo modelo de economia que seja solidário e sustentável; 2) é popular, ou seja, construído pelo povo trabalhador, que, historicamente, vem lutando por melhores condições de vida hoje e também para as futuras gerações; 3) é solidária, na medida em que busca construir novas relações entre mulheres e homens e destes, com o meio em que vivem.

## 1. O que é a Economia Popular Solidária (EPS)?

O termo Economia Popular Solidária se refere a um conjunto de organizações de produtores, consumidores, poupadores e trabalhadores em geral, que se distinguem por algumas características fundamentais:

organizam-se de forma coletiva e democrática, estimulando a autogestão, a solidariedade e a cooperação entre seus membros;

estabelecem relações de colaboração solidária com outras organizações e com a população em geral, colocando a satisfação plena das necessidades de todos como centro e fim da atividade econômica;

buscam uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza.

A Economia Popular Solidária - EPS caracteriza-se pela **Autogestão**, a **Solidariedade** e a **Cooperação**.

Quando falamos em **Autogestão**, estamos nos referindo a uma prática de gestão do empreendimento em que todas as trabalhadoras e trabalhadores participam das decisões, compartilham o poder e o ganho, eliminando a figura do “patrão”. Para que a autogestão aconteça de fato, é preciso que a democracia, a igualdade e a liberdade de expressão sejam garantidas a todas as trabalhadoras e trabalhadores do grupo.

**Solidariedade** é uma prática de afirmação dos compromissos éticos, dos laços que se estabelecem entre as trabalhadoras e os trabalhadores, promovendo trocas de informações e experiências, fazendo com que exista no cotidiano do grupo o respeito e a cooperação. Assim, o princípio da solidariedade se opõe às organizações capitalistas, que têm suas relações baseadas na competição, individualismo e acumulação de capital.

**Cooperação** é o meio de estabelecer vínculos para alcançar interesses e objetivos comuns das trabalhadoras e trabalhadores que participam do mesmo grupo. É a partir da cooperação que o empreendimento se fortalece, pois na sua ação promove a partilha coletiva dos resultados e exercita a responsabilidade solidária sobre os seus objetivos.

A cooperação vai além do empreendimento. As trabalhadoras e trabalhadores, a partir da compreensão de seus valores, passam a praticá-la na sua vida cotidiana, desenvolvendo um cuidado com a sustentabilidade da comunidade em que estão inseridos, buscando garantir um ambiente de convivência saudável e de respeito e colaboração entre todas e todos.

A economia popular solidária está baseada, também, na preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento local sustentável, buscando, através de sua prática, utilizar de forma consciente os recursos naturais disponíveis nas comunidades.

São muitas as experiências de Economia Popular Solidária que vêm sendo desenvolvidas em nosso estado e país. O mapeamento dos Empreendimentos de Economia Popular Solidária foi uma grande oportunidade de identificar esses empreendimentos o qual veremos a seguir.

## 2. O Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Popular Solidária no Brasil e no Rio Grande do Sul

A economia solidária é integrada por uma diversidade muito grande de organizações, entre as quais encontramos associações, grupos informais, projetos alternativos comunitários, cooperativas de produção, de serviços, de crédito, de consumo, clubes de trocas, empresas autogestionárias, redes e cadeias produtivas e tantas outras.

No Brasil, há um conjunto expressivo dessas organizações, e seu número tem aumentado significativamente nos últimos anos. Para saber quantas são e onde estão, foi desenvolvido, recentemente, pelo Governo Federal um Mapeamento, isto é, um levantamento de todas as experiências de economia solidária que existem no Brasil. Os resultados apontam para a existência de mais de 15 mil empreendimentos em todo o país, entre os quais o Rio Grande do Sul conta com 1.634, mostrando sua tradição cooperativa e seu alto nível de organização. Foram incluídos no Mapeamento os empreendimentos da Economia Popular Solidária que existem no território brasileiro, os quais são chamados de **empreendimentos econômicos solidários**.

Mas o que são os **empreendimentos econômicos solidários**? São organizações que possuem características próprias, que as identificam como parte da Economia Popular Solidária. Essas características são: trabalho coletivo, nas formas de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, grupos informais, clubes de trocas, etc.; autogestão e a democracia interna, respeitando os processos democráticos na tomada de decisão coletiva; suprafamiliares, isto é, envolvem pessoas de mais de uma mesma família; seus associados são trabalhadores/as urbanos e rurais; pessoas que trabalham no empreendimento são proprietárias ou co-proprietárias, exercendo a gestão coletiva das atividades e da distribuição de seus resultados; permanentes, isto é, não são práticas eventuais; realização de atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluído as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios trabalhadores), de comercialização (compra venda e troca de produtos e serviços) e de consumo solidário; podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização coletiva.

### 3. O Consumo Consciente e as Redes na Economia Popular Solidária (EPS)

Dentro da EPS, é fundamental o fomento de práticas que promovem o consumo justo, crítico e solidário, características do **Consumo Consciente**. Falar de consumo consciente significa dar um novo sentido à forma de nos relacionarmos com o meio ambiente, com a forma de produzir, de consumir e de trabalhar.

O consumidor consciente é aquele que reconhece a importância do alimento ecológico, sem uso de agrotóxicos, de sementes transgênicas ou de águas contaminadas. É aquele que valoriza os espaços de comercialização alternativa, como feiras e centrais de comercialização. O consumo consciente envolve um compromisso mútuo entre produtor e consumidor, no que se refere à co-responsabilidade pela produção e consumo de alimentos que favoreçam o desenvolvimento da vida.

O consumo consciente se dá também dentro do processo produtivo. Este não pode incorporar mão-de-obra escrava e infantil e, tampouco, explorar os trabalhadores no que se refere aos direitos assegurados em Lei. Deve, portanto, garantir os direitos constitucionais dos/as trabalhadores e trabalhadoras; deve valorizar a preservação ambiental, não degradando o meio ambiente e garantindo a vida para as gerações futuras; não deve utilizar agrotóxicos e nem praticar a transgenia, zelando pela saúde da população; e deve favorecer a aproximação entre produtores e consumidores, valorizando o trabalho dos produtores de forma justa, evitando dessa forma, a exploração por parte de intermediários.

A valorização dos produtos deve estar associada a aspectos como o respeito às relações de trabalho, a auto-sustentabilidade dos povos, a saúde e a justa distribuição de renda.

Uma das ações importantes do movimento da Economia Popular Solidária é despertar na sociedade uma consciência crítica em relação aos produtos e à forma como são produzidos.

As organizações da Economia Popular Solidária contribuem significativamente para a propagação do consumo consciente, pois oportunizam o acesso a produtos oriundos de cooperativas e grupos urbanos, da agricultura familiar, da agroindústria familiar, da reforma agrária, da agricultura ecológica, de comunidades indígenas e quilombolas, dentre outros.

A partir dessa lógica, busca-se fomentar as **Redes de Economia Popular Solidária**. Mas o que é uma rede e para que ela serve? Vamos imaginar um modelo de rede em nossa mente: talvez ela sirva para pescar, para apoiar, para proteger, para unir, para articular. Pois é, a rede é formada por um conjunto de fios. No caso da Economia Popular Solidária esses fios correspondem às relações que estabelecemos com outros empreendimentos e organizações. Portanto, rede é sinônimo de relação, de troca, de entre-ajuda, de trabalho coletivo onde cada fio é importante, pois, se um deles cair, haverá um buraco, e a rede ficará frágil, não atingindo sua finalidade.

É a partir da **Rede de Economia Popular Solidária** que se oportuniza que os insumos de determinado empreendimento solidário possam ser trocados ou comprados por outro empreendimento solidário, conformando, assim, cadeias solidárias de produção e consumo.

A idéia de cadeia solidária diz respeito a encadeamento, a seqüência, a trabalho coletivo, onde cada um dos empreendimentos envolvidos tem uma contribuição importante para que o resultado final do trabalho seja garantido. As cadeias solidárias correspondem a um conjunto, a um todo que é formado por partes que são interligadas e se articulam entre si, buscando processos mais sistemáticos em vista de um resultado final, fruto do esforço coletivo. As cadeias solidárias podem ser formadas por organizações, atividades, produtos e serviços que se articulam entre si. Cada uma dessas partes que forma a cadeia tem um papel fundamental, caso contrário a cadeia ficará fragilizada.

Ao estimular as compras entre atores do próprio movimento de Economia Popular Solidária, com vistas a fortalecer as cadeias solidárias, fecha-se o ciclo solidário: matéria-prima, produção, transporte, comercialização e consumo, eliminando, assim, o atravessador e valorizando o produtor.

É bom destacar que as redes e as cadeias não se limitam somente às relações econômicas, de compra e venda, mas, sim, envolvem dimensões culturais, sociais e políticas no que se refere à organização e participação dos empreendimentos envolvidos em espaços de definição de políticas públicas.